

## Vitórias políticas no front de Brasília

### **PRÊMIO AMAERJ PATRÍCIA ACIOLI**

Lançamento da 6ª  
edição será em agosto

p.16

### **UM GESTOR DE PESSOAS À FRENTE DA EMERJ**

'A Escola é do Magistrado',  
diz Ricardo Cardozo, que busca  
formar juizes modernos

p.24

### **FERREIRA GULLAR, POETA E CACIONEIRO**

Poeta maranhense  
compôs com grandes nomes  
da música brasileira

p.30



# ESTIMADOS,

**E**ste semestre foi de muitas batalhas no Legislativo. Felizmente, com esforço e mobilização dos magistrados e de membros de outras carreiras jurídicas, tivemos vitórias importantíssimas. É fundamental estarmos cientes de que nosso futuro como carreira pode ser definido este ano, por deputados federais e estaduais e senadores. Por isso, temos dado tanta ênfase à atuação legislativa em nossa gestão. Uma desatenção pode significar a perda de direitos que levaram anos para ser conquistados. O trabalho é incessante e cansativo, mas essencial.

Não tivéssemos estado vigilantes por ocasião da votação do PLP 343 – que criava o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados – e teríamos perdido o Fundo Especial em votação-relâmpago, que favoreceria os Estados em detrimento dos Tribunais de Justiça (*Capa, pg.10*). O Rio seria especialmente prejudicado, tendo em vista a pujança de nosso Fundo e sua importância para o salto de eficiência que nos elevou ao topo de qualidade e produtividade nacional. A mobilização da categoria e a presença dos presidentes do TJ-RJ, Milton Fernandes, e do TRE-RJ, Jacqueline Montenegro, foram decisivas.

Nesses tempos difíceis, a classe precisa estar atenta, unida e mobilizada, sem perder o foco com questões menos relevantes. A AMAERJ tem buscado essa unidade, promovendo atividades que congreguem e aproximem os magistrados, como eventos nas sedes Campestre e

Praiana e viagens para lugares como a histórica Fazenda São Luiz da Boa Sorte, produtora de café no Vale do Paraíba, no século 19 (*pg. 34*).

Queremos valorizar os juízes e desembargadores – seja oferecendo treinamentos ou dando publicidade a seus êxitos profissionais na imprensa e em nossas redes de comunicação –, e servir de instrumento para sua defesa, em todas as esferas de atuação. Um sucesso recente foi o curso de Segurança no Bope – haverá novas turmas. Em agosto, lançaremos o 6º Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos e convidamos todos a participar, apresentando trabalhos (*pg.16*). Após a bem-sucedida primeira edição, vamos promover em novembro o 2º Encontro Estadual de Magistrados. Será mais uma oportunidade para a confraternização dos associados de todas as regiões do Estado.

Nesta edição da FÓRUM, temos entrevista com o diretor da EMERJ, Ricardo Cardozo, reportagem sobre Ferreira Gullar cancionista e a tocante história de como um juiz pode fazer a diferença na vida de um menino, dando-lhe a chance de viver. É um exemplo para nos lembrar do nosso papel e não desanimarmos neste momento de crise.

Ótima leitura!

  
**Renata Gil de Alcântara Videira**  
**PRESIDENTE DA AMAERJ**

# Caro leitor,

**F**oi o melhor dos tempos, foi o pior dos tempos. Foi a idade da sabedoria, foi a idade da estupidez. Foi a época da fé, foi a época da incredulidade. Foi a estação da luz, foi a estação das trevas. Foi a primavera da esperança, foi o inverno do desespero. Tínhamos tudo a nossa frente, não tínhamos nada a nossa frente. Íamos todos direto para o céu, íamos todos direto para o outro lado.” A famosa abertura de “Um conto de duas cidades”, do britânico Charles Dickens, resume momentos turbulentos como os que o Brasil vive hoje.

Em tempos de grave crise política e econômica, frutos da soma de erros de gestão com a exposição da corrupção político-empresarial pelas investigações da Operação Lava-Jato, o país vive sob tensão e expectativa. Nesta edição, o deputado federal Miro Teixeira defende em artigo sua PEC das Eleições Diretas.

O Rio de Janeiro é afetado de modo particularmente mais grave. A dependência dos royalties do petróleo e das atividades da Petrobras como um todo é um fator; ter um ex-governador preso e condenado em primeira instância na Justiça Federal por corrupção é outro. Mergulhado em uma crise histórica, o Executivo desde 2016 tem sistematicamente descumprido o dever constitucional de repassar o duodécimo para o Poder Judiciário e deixado os funcionários públicos sem salário. O impacto dessas desventuras prejudica toda a população fluminense e se evidencia de forma mais dramática na paralisação e redução de atividades essenciais, como hospitais, e no aumento da insegurança pública, que afeta todos os fluminenses.

Diante do aumento da violência e do fato de os juízes do Rio serem os mais ameaçados do país, a AMAERJ promoveu um curso de segurança para magistrados no Bope. **FÓRUM** traz ainda o lançamento do 6º Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli. Com os cortes orçamentários, a tentativa de se criar uma cortina de fumaça para mudar o foco, o Judiciário tornou-se alvo de outros Poderes. A AMAERJ esteve presente no Legislativo para impedir que os magistrados fossem prejudicados. É este o tema da reportagem de capa, que conta a história da bem-sucedida atuação política da presidente, Renata Gil, para barrar o uso do Fundo Especial dos Tribunais de Justiça como contrapartida para a aprovação do Regime de Recuperação Fiscal dos Estados.

Mas esta edição não é pessimista e traz boas notícias. Contamos a emocionante história de um menino de 12 anos que pôde receber uma medula nova graças à decisão de um juiz. Entrevistamos o diretor da EMERJ, Ricardo Cardozo, que fala do novo foco nos cursos para juízes. Mostramos uma face desconhecida de letrista popular do poeta Ferreira Gullar, morto em 2016. Fomos ainda à Fazenda São Luiz da Boa Sorte, grande produtora de café nos tempos áureos do Vale do Paraíba, e que hoje funciona como um centro de visitação para grupos de hóspedes.

Espero que apreciem a revista! ■



Com a crise, violência explodiu no Rio de Janeiro

## EXPEDIENTE

### DIRETORIA EXECUTIVA

#### PRESIDENTE

Renata Gil

#### 1º VICE-PRESIDENTE

André Gustavo Correa de Andrade

#### 2º VICE-PRESIDENTE

Ricardo Alberto Pereira

#### SECRETÁRIO-GERAL

Luiz Alfredo Carvalho Junior

#### 1ª SECRETÁRIA

Rita de Cássia Vergette Correia

#### 2ª SECRETÁRIA

Eunice Bitencourt Haddad

#### 1ª TESOUREIRA

Alessandra de Araújo

Bilac Moreira Pinto

#### 2ª TESOUREIRA

Simone de Araujo Rolim

### FÓRUM AMAERJ

#### EDITOR

Raphael Gomide

#### REDAÇÃO

Raphael Gomide, Diego Carvalho e Pedro Marques

#### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Andréa Miranda

#### DESIGN

Wallace Ferreira (estagiário)

#### CONTATO

revista@amaerj.org.br

#### IMPRESSÃO

Gráfica Mec

#### TIRAGEM

2.000 exemplares

#### SEDE DA AMAERJ

Rua Dom Manuel, 29 - 1º andar  
Rio de Janeiro | RJ | Brasil |  
CEP 20010-090  
Tel.: (21) 3133-2315





Atuação da AMAERJ em Brasília foi determinante para barrar a perda do Fundo Especial dos Tribunais

**3 MENSAGEM DA PRESIDENTE**

**4 CARTA DO EDITOR**

**6 PALAVRAS AO VENTO**

**8 IMAGEM DA FÓRUM**

**10 VITÓRIAS POLÍTICAS**  
*Trabalho legislativo resulta em conquistas para toda a magistratura*

**14 AMAERJ EM MOVIMENTO**

**16 DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

*AMAERJ lança 6º Prêmio Patrícia Acioli em agosto*

**18 ESPERANÇA**

*Decisão de magistrado ajuda a salvar jovem que luta contra a leucemia*



**20**



**FACA NA CAVEIRA**

*Magistrados fazem curso de segurança e combate no Bope*

**23 ARTIGO**  
por **MIRO TEIXEIRA**

**24 ENTREVISTA**  
*Diretor da EMERJ, Ricardo Cardozo*

**29 CARIOCANDO**

**30** » Cultura  
*Letrista de MPB, a faceta pop de Ferreira Gullar*

**34** » Turismo  
*Fazenda São Luiz da Boa Sorte*



**37** » Esporte  
*Juízes olímpicos*

**38** » Estante  
*Livros imperdíveis*

“É uma maratona diária. Mas faço as duas coisas que mais amo: ser mãe e juíza.”

**Bianca Nigri**, juíza do TJ-RJ, mãe de Felipe, Beatriz, Leticia e Rodrigo



“Tem que manter isso, viu?”



**Michel Temer**, presidente, em áudio gravado pelo dono da JBS, Joesley Batista, sobre relação com ex-deputado Eduardo Cunha

“Não existe eleito no Brasil sem caixa 2.”



**Marcelo Odebrecht**, ex-presidente da Odebrecht, em depoimento

“ESTA SESSÃO SÓ EXISTE GRAÇAS AO MEU EMPENHO, MODÉSTIA ÀS FAVAS.”



**Gilmar Mendes**, presidente do TSE, sobre julgamento da chapa Dilma/Temer

“EU, COMO JUIZ, RECUSO O PAPEL DE COVEIRO DE PROVA VIVA. POSSO ATÉ PARTICIPAR DO VELÓRIO, MAS NÃO CARREGO O CAIXÃO.”



**Herman Benjamin**, ministro do TSE, em voto pela cassação da chapa Dilma/Temer

“Tá difícil competir.”



**Twitter oficial da série House of Cards**, do Netflix, em alusão à gravação da conversa entre Michel Temer e Joesley

“ A corrupção tragicamente virou um meio de vida e um modo de fazer negócio, em uma escala inimaginável. É impossível não sentir vergonha pelo que aconteceu no Brasil. ”



**Luís Roberto Barroso**, ministro do STF,  
em palestra no TJ-RJ

“ O BRASIL NÃO PRENDE  
DEMAIS; AO CONTRÁRIO, PRENDE  
DE MENOS. O INEGÁVEL PROBLEMA  
DA SUPERPOPLAÇÃO CARCERÁRIA  
É FRUTO DA FALTA DE VAGAS,  
QUE POR SUA VEZ DECORRE  
DA OMISSÃO DOS GOVERNANTES. ”



**Alexandre Abrahão**, juiz do TJ-RJ, em  
artigo publicado no jornal O Globo

“ O  
Judiciário  
não vai  
faltar neste  
momento  
de dor.  
Vamos  
levar o Brasil  
ao porto  
e não ao  
naufrágio. ”

**Luiz Fux**, ministro do STF



“ Vivemos a maior  
crise do Judiciário de  
todos os tempos,  
maior até do que a  
enfrentada na  
ditadura militar. ”

**João Otávio de Noronha**, corregedor nacional  
de Justiça, sobre o conflito entre os Poderes







## IMAGEM DA FÓRUM

A AMAERJ, em parceria com a COSEG, promoveu o 1º Treinamento Operacional para Magistrados, ministrado pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais em sua sede, em Laranjeiras, na Zona Sul do Rio. Durante o curso, 25 juízes experimentaram na prática exercícios de segurança e combate





# VITÓRIAS POLÍTICAS

**AMAERJ foi determinante para barrar perda do Fundo Especial. Trabalho legislativo resulta em conquistas para toda a magistratura**

por

**DIEGO CARVALHO E RAPHAEL GOMIDE**



**AMAERJ no Congresso: Associação promoveu reunião com deputados sobre projeto que ameaçava o Fundo Especial**

**N**a tarde de 4 de abril, a Câmara dos Deputados se preparava para votar o relatório do PLP 343, assinado pelo deputado federal Pedro Paulo (PMDB-RJ). O texto que criaria o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados previa o uso dos fundos especiais do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública para pagar aposentados e pensionistas. O restante dos fundos seria absorvido pelo Tesouro dos Estados. Na prática, a medida sepultava o Fundo Especial, responsável pela autonomia financeira do TJ-RJ – fator que permitiu a modernização e levou o Rio de Janeiro a ser eleito, há sete anos, o tribunal mais eficiente do país pelo Conselho Nacional de Justiça. O Fundo cobre despesas de custeio do TJ-RJ, como luz, telefone, limpeza e informática. Retirá-lo significaria paralisar o tribunal e deixá-lo inteiramente dependente do Executivo em crise – o que, além de minar sua autonomia, tem causado permanente insegurança. O mesmo valia para MP e Defensoria.

Por coincidência ou destino, a AMAERJ agendara semanas antes para aquele dia uma inédita reunião da bancada de deputados federais do Rio com as lideranças máximas do TJ-RJ, do TRE-RJ, do MP-RJ e da Defensoria Pública.

Ao chegar em Brasília, pela manhã, a presidente da AMAERJ, Renata Gil, soube da movimentação que se acelerava para votar o texto que prejudicaria a área



jurídica. Ao lado do presidente da AMB, Jayme de Oliveira, aproveitou um encontro com a presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, para pedir auxílio. A ministra agendou em seguida uma audiência com o presidente da República, Michel Temer, e Renata percebeu que o movimento estava em marcha acelerada. Após conversar com o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão – em Brasília justamente para a votação do projeto – Renata Gil tinha certeza de que tudo se encaminhava para a aprovação do texto que prejudicaria o TJ-RJ e os magistrados fluminenses. Contactou então lideranças políticas aliadas e pediu que segurassem a votação ao menos para depois da reunião promovida pela AMAERJ com os deputados do Rio para discutir os pontos relativos à área.

Ao mesmo tempo em que o encontro com mais de 20 parlamentares começava, às 19h30, em uma das salas de comissões, no plenário da Câmara o presidente Rodrigo Maia iniciava as discussões sobre o texto de Pedro Paulo. Por isso, a tensa reunião foi interrompida 15 minutos depois para os parlamentares

irem ao plenário e solicitarem a suspensão da votação. Quando recomeçou, com a presença do relator Pedro Paulo, o presidente do TJ-RJ, Milton Fernandes, deixou claro o impacto devastador caso o relatório passasse como estava redigido. “O projeto interfere no dinheiro do Fundo Especial. Essa situação nos preocupa sobremaneira”, disse Fernandes. “A proposta inviabiliza o MP”, adicionou Marfan Vieira, subprocurador-geral. Ao lado deles, expuseram suas críticas a presidente do TRE-RJ, Jacqueline Montenegro, o procurador-geral de Justiça, Eduardo Gussem, e o defensor-público geral, André Luís Castro. “Este projeto acaba com os Estados, é uma rendição total”, afirmou Alessandro Molon (Rede). Após conhecer a gravidade da situação, a bancada se comprometeu a se opor ao texto. Sergio Zveiter (PMDB) afirmou que o uso do Fundo quebraria “o Judiciário em dois meses”. Hugo Leal (PSB-RJ) destacou que o Fundo deveria ser preservado por uma questão de justiça. “É importante que esses recursos sejam preservados para as instituições, um direito já conquistado pelos Poderes.”





A mobilização da comunidade do Direito do Rio pela AMAERJ chamou a atenção dos deputados e os alertou para os perigos que a medida trazia para o funcionamento da Justiça. Foi também uma demonstração de união – arregimentada pela AMAERJ – do TJ-RJ, TRE-RJ, MP-RJ e Defensoria Pública.

Outros Estados além do Rio dependiam da aprovação do PLP 343, e a pressão era grande sobre os parlamentares. Mas a reunião com a bancada do Rio e com o relator, Pedro Paulo, foi o início de uma reviravolta.

Nas semanas seguintes, a peregrinação de Renata Gil aos gabinetes de parlamentares do País todo prosseguiu com intensidade, com o apoio da AMB e de outras associações. Em reunião com a presidente, Pedro Paulo se comprometeu a salvar o Judiciário sem prejuízo ao projeto. Uma nota técnica da AMB apontava a inconstitucionalidade da medida, uma vez que o orçamento do Judiciário não pode ser alterado pelo Executivo ou Legislativo. A AMAERJ atuou junto aos partidos por uma emenda supressiva do artigo. O destaque foi apresentado

pela bancada do PSD e, depois de inúmeros adiamentos por falta de quórum, o texto foi votado em maio.

Fundamental para a autonomia do Judiciário, o Fundo Especial foi inteiramente preservado. O plenário da Câmara aprovou, por 270 votos a 3, o destaque 23 para suprimir o uso da sobra do fundo dos tribunais pelos Estados. Uma vitória maiúscula. O próprio Pedro Paulo reconheceu publicamente que a atuação da AMAERJ foi determinante para a mudança do relatório que acabou votado e aprovado, sem o texto que prejudicava o TJ.

Este foi um exemplo da relevância do intenso trabalho que vem sendo feito nos Legislativos nacional e estadual desde fevereiro de 2016. Em meio à crise política que se instalou no País, a magistratura passou a ser o foco de uma série de projetos contra a categoria, com o objetivo de atingir a independência do Judiciário. Para defender as prerrogativas dos juízes, a Associação passou a atuar no contato direto com deputados e senadores em um cenário de confronto entre os Poderes.



**1, 2 e 7.** Reuniões na Câmara em defesa do Fundo Especial **3.** Encontro com liderança do Governo sobre a Reforma da Previdência **4.** Renata explica importância do fundo para TJ **5.** Magistrados entregam nota técnica contra PLP 343 **6.** Reunião com o relator Pedro Paulo **8.** Encontro na presidência da Câmara com desembargadores e parlamentares



## ABUSO DE AUTORIDADE

Em reuniões frequentes com parlamentares da Câmara e do Senado, a AMAERJ tem expressado a necessidade de preservar direitos fundamentais do Judiciário para a democracia. Além do Fundo, a atuação política da Associação no segundo trimestre ajudou a aprovar a Lei do abuso de autoridade, excluindo a possibilidade de punição por interpretação do juiz.

A proposta era uma retaliação contra a atuação firme e independente do Judiciário e do MP, demonstrada em ações em todo o País e na Operação Lava-Jato. Assim a AMAERJ e a AMB enxergaram o PLS 280/2016, de autoria do senador Renan Calheiros (PMDB-AL). As associações trabalharam em conjunto contra o projeto de responsabilização de membros da magistratura e do Ministério Público por abuso de autoridade.

“Os magistrados já respondem por seus atos na forma do estatuto da magistratura. Os poderes fortes e independentes é que garantem a defesa da democracia”, disse Renata Gil, aos parlamentares, para que os juízes não fossem silenciados.

Depois do trabalho de articulação parlamentar, o relator Roberto Requião (PMDB-PR) modificou o artigo que permitia a punição de juízes por divergência na interpretação da lei, e o Plenário do Senado aprovou o texto do abuso de autoridade, por 54 votos a 19, sem o “crime de hermenêutica”. Mais uma grande conquista.

Outra vitória para o Judiciário foi na Comissão Especial da Reforma da Previdência, que rejeitou, em maio, a proposta de alteração do artigo 109 da Constituição Federal, conforme redação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 287/16, que pretendia transferir a competência da Justiça Estadual para a Federal nas causas de “acidentes de trabalho”. A AMAERJ e outras associações haviam emitido nota técnica contra a proposta. Segundo as entidades, o projeto oneraria cada vez mais para a União.

## LUTA CONTINUA

A AMAERJ também se opõe ao texto de Reforma da Previdência enviado pelo governo federal ao Congresso Nacional. Para Renata Gil, as regras de transição não atendem ao funcionalismo público. “É uma mudança da regra do jogo no meio do jogo. As carreiras públicas estão imbuídas no espírito de vencer o governo e os parlamentares de que o texto é ruim.”

Renata participou de reunião sobre destaques e emendas aglutinativas para alterar os pontos negativos do projeto na liderança do Governo e com a AMB. Em outros encontros, as associações ressaltam aos deputados que o texto retira direitos da magistratura e demais carreiras. Para ser aprovada, a Reforma precisa de 308 votos favoráveis no plenário da Casa.

Outros dois projetos são acompanhados de perto pela AMAERJ nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara e do Senado. O primeiro é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 505/2010, que prevê a exclusão da aposentadoria compulsória como sanção e perda do cargo a magistrados e membros do Ministério Público. A Associação trabalha para que o projeto seja rejeitado.

A relatora, deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ), deu parecer contrário. “A PEC 505 viola o preceito constitucional da separação dos poderes, uma vez que a plena harmonia de poderes e a preservação do sistema de freios e contrapesos vigente na democracia, visa a assegurar a independência do Ministério Público e do Poder Judiciário, que se afigura primordial”, destaca a parlamentar.

O segundo projeto é a PEC 35/2013, que permite a participação dos juízes de primeira instância nas eleições para os cargos diretivos dos tribunais. A AMAERJ defende a aprovação da antiga bandeira da categoria por Diretas. ■



# DEFESA INSTITUCIONAL DA SEGURANÇA DE JUIZES

Associação promove encontros sobre policiamento de fóruns, CPC e projetos

por **DIEGO CARVALHO**

**A**lém do trabalho legislativo, a AMAERJ trabalhou em defesa dos direitos e prerrogativas da categoria. A Associação pediu ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que aparelhos de segurança funcionem nos fóruns da Baixada Fluminense. A entidade pleiteou ainda a concentração dos plantões da região. Em Foz do Iguaçu (PR), os magistrados de execuções penais do Rio de Janeiro discutiram o sistema penitenciário nacional. Na Alerj (Assembleia Legislativa), a AMAERJ também debateu com deputados medidas para conter a crise financeira do Estado. Na área cível, a Associação promoveu seminário sobre os efeitos do novo Código de Processo Civil. Para desenvolver pesquisas acadêmicas e projetos legislativos, foi firmado convênio com o Ibmecc (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais). Os associados ainda puderam confraternizar em evento da Regional de Niterói.

## FÓRUM DE EXECUÇÃO PENAL

Cerca de 170 juízes participaram do 1º Fonavep (Fórum Nacional de Execução Penal), promovido pela AMB e pela Amapar (Paraná), em Foz do Iguaçu. Os magistrados debateram o sistema penitenciário e elaboraram propostas para o CNJ, tribunais e governos. A delegação do Rio foi formada pela presidente da AMAERJ, Renata Gil, e os magistrados Marcus Basílio, Guilherme Schilling, Larissa Duarte, Juliana Benevides, Cristina Lajchter e Rafael Estrela.



Representantes dos três Poderes discutiram a recuperação fiscal do Rio de Janeiro na Assembleia

## ATUAÇÃO NA ALERJ

A crise financeira do Estado foi tema de reunião da presidente da AMAERJ, Renata Gil, com o secretário da Casa Civil, Christino Áureo, e deputados estaduais, na Alerj. Eles trataram do Regime de Recuperação Fiscal dos Estados. O presidente da AMPERJ (Associação do Ministério Público do Rio), Luciano Mattos, também participou do encontro, em que foram discutidas medidas como a securitização da dívida ativa.



Juízes do Rio de Janeiro participaram do 1º Fonavep, em Foz do Iguaçu

## SEGURANÇA DE PLANTÕES

O funcionamento dos plantões na Baixada Fluminense foi tema de reunião na AMAERJ com os magistrados da região e a Comissão de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (Coseg). Os juízes apresentaram sugestões para a segurança dos fóruns. A Coseg fará uma avaliação do risco dos plantões para orientar os envolvidos.



AMAERJ pediu a concentração dos plantões da Baixada Fluminense e o pleno funcionamento dos aparelhos de segurança



Mauro Dickstein, Patrícia Cardoso, Claudia Pires, Cláudio Tavares, Renata Gil, Marcelo Piragibe e Paulo Fabião

## EFEITOS DO NOVO CPC

Os pontos de divergência originados pelo Código de Processo Civil foram debatidos no seminário “Reflexos do Novo CPC na Justiça Brasileira”, promovido pela AMAERJ, em parceria com a ENM (Escola Nacional da Magistratura/AMB) e a EMERJ (Escola da Magistratura do Rio). Com auditório lotado, o evento tratou dos aspectos polêmicos e dos impactos do Código.

## PARCERIA POR PESQUISAS E PROJETOS

A presidente da AMAERJ, Renata Gil, assinou convênio com o Ibmec (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais). A parceria técnica pretende desenvolver pesquisas acadêmicas e textos legislativos para a AMAERJ. Cerca de 200 estudantes acompanharam a assinatura do convênio, no auditório do Ibmec.



Renata Gil com o diretor do Ibmec Marcelo Lourenço e os coordenadores de Direito, Bianca Farias e Daniel Brantes



Encontro aconteceu no Museu de Arte Contemporânea

## CONFRATERNIZAÇÃO DOS ASSOCIADOS

Juízes e desembargadores do TJ-RJ reencontraram os colegas no almoço de confraternização promovido pela 1ª Regional da AMAERJ, em Niterói. Com a presença das presidentes da associação, Renata Gil, e da Regional, Rosana Albuquerque França, o evento reuniu cerca de 20 magistrados. Os associados também conversaram sobre os projetos legislativos de interesse da categoria.



Integrante do projeto "Hotel da Loucura", Edmar Oliveira comemora o 1º lugar na categoria Práticas Humanísticas do 5º Prêmio, no Tribunal Pleno do TJ-RJ



# DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

**AMAERJ lança 6º Prêmio Patrícia Acioli em agosto. Vencedores de 2016 destacam importância da iniciativa para a sociedade**

por **DIEGO CARVALHO**

Há quase seis anos, em um dos momentos mais trágicos da História do Judiciário brasileiro, criminosos assassinaram uma juíza e tentaram calar a magistratura do Rio de Janeiro. No entanto, a voz, a coragem e o exemplo de Patrícia Acioli continuam vivos. Sua luta incondicional por justiça será lembrada e enaltecida mais uma vez no Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos, que chega neste ano à 6ª edição.

Defensores da dignidade humana e

trabalhos que contribuem para a sociedade serão premiados pela AMAERJ em 6 de novembro, no Tribunal Pleno do TJ-RJ. As inscrições serão abertas em 7 de agosto, às 18h, em cerimônia no Auditório Navega Cretton, da Corregedoria Geral da Justiça (Rua Dom Manuel, s/n, 7º andar, Lâmina 1, Fórum Central).

O prazo de participação no concurso nacional vai até 16 de setembro, pelo site [www.amaerj.org.br/premio](http://www.amaerj.org.br/premio). A premiação



tem quatro categorias: Trabalhos Acadêmicos, Práticas Humanísticas, Trabalhos dos Magistrados e Reportagens Jornalísticas, todas com o tema “Direitos Humanos e Cidadania”.

Na categoria Trabalhos dos Magistrados, os três primeiros colocados receberão um troféu. Nas demais, o primeiro colocado ganhará R\$ 15 mil, o segundo lugar R\$ 10 mil e o terceiro R\$ 5 mil. Haverá ainda duas Menções Honrosas por categoria. A AMAERJ também homenageará uma personalidade com notável atuação na área com o Troféu Hors Concours.

Criado em 2012, o Prêmio celebra a memória da juíza do Estado do Rio de Janeiro Patrícia Acioli, da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, morta em 2011, em Niterói, por policiais militares.

## VENCEDORES

Em 2016, o Prêmio teve a inscrição de 169 trabalhos. Violência policial, feminicídio, transplantes de órgãos, educação, violações de direitos humanos de mulheres e iniciativas nas áreas de família foram alguns temas dos vencedores da 5ª edição.

Ganhadora da categoria Reportagens Jornalísticas, a matéria do jornal O Globo “Recusas da FAB impedem transplantes de 153 órgãos” também venceu o Prêmio Rei de Espanha de Jornalismo. A série de matérias do repórter Vinicius Sassine revelou que, entre 2013 e 2015, a FAB recusou transporte a 153 órgãos destinados ao transplante. No mesmo período, foram autorizadas 716 viagens de políticos.

As reportagens levaram o presidente Michel Temer a determinar que ao menos uma aeronave da FAB se destinasse ao transporte de órgãos. Em apenas três semanas, a reserva de aviões viabilizou 14 transplantes – como o de Ana Júlia, de 8 anos, que recebeu um novo coração e pôde voltar a sorrir.

“Foi uma apuração muito difícil, porque todas as informações eram sigilosas. Mas mesmo assim conseguimos descobrir e contar o caso de pacientes que morreram após recusas da FAB em realizar os transportes. Não havia obrigação de levar esses órgãos, o que mudou depois da reportagem. Fiquei muito feliz pelos prêmios, mas a principal conquista foi salvar vidas”, disse Sassine.

Segundo colocado na mesma categoria, o jornalista Claudio Costa Rosa se disse privilegiado pelo prêmio. Ele foi o autor da matéria “Maria de Todas as Dores: Algumas formas de violência contra as mulheres no Brasil”, veiculada na Rádio Roquette Pinto. “Minha carreira teve um crescimento gigantesco após a premiação. Fiquei muito lisonjeado pelo fato de chegar à final de um prêmio tão concorrido, um dos mais importantes de direitos humanos da América Latina. Foi um privilégio ter feito parte desta homenagem à juíza Patrícia Acioli, uma mulher que teve uma linda história de serviços prestados ao nosso Estado”, afirmou.

Na série, o repórter ouviu pungentes histórias de mulheres vítimas de estupro, violência doméstica, e que tiveram filhos assassinados e desaparecidos. A matéria destacou as muitas formas de violência: sexual, moral, patrimonial, psíquica e psicológica. Foram evidenciados casos em que, agredidas e humilhadas, elas tentam fazer do luto a bandeira de luta e resistência.

Vencedor da categoria Trabalhos dos Magistrados, o juiz Fernando Chacha destacou que a premiação ajudou na expansão do projeto “Amparando Filhos – Transformando Realidades com a Comunidade Solidária”, que protege integralmente crianças e adolescentes e combate a desestruturação familiar.

Idealizada por ele, a iniciativa tem como objetivo humanizar o encontro de mães presas com seus filhos, promovendo o acompanhamento das crianças e adolescentes com visitas de equipes multidisciplinares e amparo pedagógico, psicológico, afetivo e financeiro. A meta é garantir que a criança continue a se desenvolver, evitando efeitos colaterais negativos, como a repetição da história familiar marcada pelo crime.

“A premiação foi motivo de muita satisfação para nós do Tribunal de Justiça de Goiás. Hoje, estamos além das nossas fronteiras, e isso se deve à importância e magnitude de conquistar o Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli. Foi um meio facilitador para a expansão do programa. Nosso objetivo é transformar o Amparando Filhos em política pública, não só no estado de Goiás, mas em todo país”, disse Chacha. ■



# Um sopro de esperança

*Decisão de juiz Marvin Moreira ajuda a salvar adolescente que luta contra o câncer*

por PEDRO MARQUES

Estima-se que a cada ano no Brasil surjam mais de 10 mil novos casos de câncer em crianças e adolescentes. Segundo dados do Instituto Nacional do Câncer (Inca) e do Ministério da Saúde, a doença é a que mais mata jovens no país, com 12% dos óbitos entre 1 e 14 anos e 8% de 1 a 19 anos. Porém nas últimas quatro décadas, o progresso nos tratamentos tem sido significativo. Se o câncer for diagnosticado precocemente, o percentual de cura chega a 64%.

A luta pela vida de um adolescente de Resende (RJ) vem comovendo todos desde o início de 2017. Em um exame de rotina feito em janeiro, Matheus Marques, 14 anos, descobriu que sofria de uma doença chamada Leucemia Mieloide Aguda, um tipo de câncer que ataca o sangue e a medula óssea.

Uma página foi criada no Facebook para informar sobre o estado de saúde do menino e arrecadar fundos. Com a hashtag “Força Matheus”, personalidades do mundo artístico e esportivo, como o

apresentador de TV Luciano Huck e o jogador de futebol Alexandre Pato, abraçaram a causa e enviaram vídeos motivacionais, dando apoio e desejando força ao garoto.

Com sessões de quimioterapia e radioterapia, o tratamento começou assim que a doença foi diagnosticada. A resposta não foi satisfatória, e os médicos chegaram à conclusão de que a única chance de sobrevivência do menino seria um transplante de medula óssea.

Achar um doador compatível é muito difícil. Um em cada cem mil. No entanto o doador estava dentro de casa. Após exames de compatibilidade feitos pela Unicamp, descobriu-se que Gabriel, 12 anos

e irmão mais novo de Matheus, era um doador perfeito.

Porém o transplante só poderia ser feito por determinação judicial. A lei 9434/97 (que trata de doação de órgãos) diz que o doador menor de 18 anos precisa ter autorização dos pais e da Justiça. Em 1º de junho, a aguardada ordem aconteceu.

“TODO  
MAGISTRADO  
DEVE LEMBRAR  
DE QUE POR  
TRÁS DO  
PAPEL EXISTE  
UMA VIDA”,  
MARVIN MOREIRA



Em um exame de rotina feito em janeiro, Matheus descobriu que sofria de uma doença chamada Leucemia Mieloide Aguda



O juiz Marvin Moreira (1ª Vara Cível de Resende e presidente da AMAERJ Volta Redonda) autorizou o procedimento. “Essa decisão nos trouxe fé e confiança”, revelou Rosane Rezende, mãe de Matheus.

O trabalho célere da Justiça em casos como este é decisivo, porque a doença é muito agressiva, e o tempo é primordial. “Todo magistrado deve lembrar de que por trás do papel existe uma vida. É um caso muito difícil, tenho uma filha da mesma idade. Fiquei muito feliz em poder ajudar, imagino o sofrimento que a

família vem passando”, disse Marvin.

Três dias após a autorização concedida pelo Judiciário, Matheus Marques foi transferido para o Hospital Samaritano, em São Paulo (SP), onde passou pelo transplante de medula óssea em 13 de junho. “Ele está tolerando [a nova medula] e reagindo muito bem, tomando antibiótico. A febre passou, mas ainda inspira cuidados. Ele vai se recuperar”, afirmou Adriana Seber, médica responsável pelo transplante.

Com a imunidade ainda muito baixa, Matheus ficou internado em uma ala isolada

do hospital para evitar qualquer risco de infecção. Ele ficaria em observação por 15 dias para os médicos monitorarem a resposta do transplante. Esse é o prazo para a medula passar a produzir glóbulos de defesa (leucócitos) após entrar no sangue do paciente.

“Estou ficando bem, a cada dia minha imunidade aumenta. Agradeço muito pelas orações de todos. Também quero dizer que amo muito meu irmão. Logo, logo estarei de volta. Estou superfeliz e alegre”, agradeceu Matheus, em vídeo em sua página no Facebook. ■



# Juízes de elite

Turma de 25 magistrados experimentou na prática exercícios de segurança e combate no Bope

por PEDRO MARQUES

Uma operação malsucedida no Instituto Penal Evaristo de Moraes, que culminou com a morte do diretor do presídio, o major Darcy Bittencourt, na década de 70, foi o estopim para a criação de uma força especial que atuasse em situações de extremo risco no Rio de Janeiro. Em 1978, com o nome Núcleo da Companhia de Operações Especiais (NuCOE), foi criada a primeira tropa de elite da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

O NuCOE foi formado por policiais voluntários dotados de comprovada integridade moral e que possuíam especializações nas Forças Armadas, como cursos de Operações Especiais, Guerra na Selva e Contraguerrilha (CONGUE). Ao longo dos anos, o grupamento passou por várias mudanças de nome e adotou como símbolo a caveira transpassada por um punhal.

Só em 1991 a tropa recebeu o nome pelo qual hoje é conhecida mundialmente – em especial após o filme “Tropa de Elite”, Urso de Ouro do Festival

**O BOPE É HOJE UM DOS PRINCIPAIS GRUPOS ESPECIALIZADOS EM CONFRONTO ARMADO URBANO DO MUNDO**

de Berlim –, Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais). Lançado em 2007,

o longa-metragem dirigido por José Padilha se tornou a produção mais vista e comentada da história do cinema brasileiro e serviu para dar destaque à unidade de homens forjados pelo combate urbano em favelas do Rio de Janeiro. O Bope é hoje um dos principais grupos especializados em







**O Rio é o Estado com o maior número de magistrados em situação de risco. O Brasil tem mais de 130 ameaçados**

confronto armado urbano do mundo.

O Rio, neste momento de grave crise econômica e institucional que o afeta particularmente, tem experimentado um aumento substancial nos indicadores de violência nos últimos dois anos. Além de liderar diferentes índices de criminalidade, o Rio também é o Estado com o maior número de magistrados em situação de risco. O Brasil tem, de acordo com o Diagnóstico da Segurança Institucional do Poder Judiciário, mais de 130 magistrados ameaçados.

Diante desses dados, a AMAERJ, em parceria com a Comissão de Segurança Institucional do TJ-RJ (COSEG), idealizou o 1º Treinamento Operacional para





Juízes experimentaram na prática exercícios de segurança e combate com policiais do Bope

Magistrados, ministrado pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais em sua sede, em Laranjeiras, na Zona Sul do Rio. Durante o curso, 25 juízes experimentaram na prática exercícios de segurança e combate.

Eles aprenderam diferentes técnicas de segurança: posições de combate; saque de arma; métodos de progressão; avaliação de distâncias; estudo e utilização do terreno urbano; transposição de obstáculos; tiro básico e avançado, deslocamento em carro de passeio e moto e rotas de fuga. O objetivo, evidentemente, não é transformar os juízes em combatentes, mas dar a eles noções importantes de segurança e torná-los atentos e conscientes a questões de

segurança que podem lhes salvar a vida, em um caso extremo.

Segundo o juiz Richard Fairclough (diretor de Defesa de Prerrogativas e Direitos dos Magistrados da AMAERJ), coordenador do treinamento, “a ideia é aprimorar a segurança dos magistrados, ensinando a forma correta com que eles devem reagir sob ameaça”. “Saber medir o risco de

uma ação de defesa e entender o melhor procedimento a adotar é essencial para a nossa segurança.”

Chefe da Seção de Instrução Especializada do Bope, o capitão Renato Roberto Soares Junior destacou a importância dos ensinamentos. “Queremos dotá-los de conhecimentos necessários para que

eles possam se proteger, agindo de forma correta e eficiente. Com isso, não sendo vitimados por marginais em suas rotinas.”

O curso foi realizado em quatro segundas-feiras de junho. Na última aula, dia 26, os magistrados receberam os certificados de conclusão.

Presente à formatura, a presidente da AMAERJ, Renata Gil, ressaltou a importância do treinamento e o estreitamento nas relações entre a Polícia Militar e o Judiciário. “Este é um momento especial para nossa associação: o Bope é uma referência mundial. O mais importante deste curso é o fortalecimento institucional. Fica o meu profundo agradecimento a todos que participaram”, disse Renata.

O próximo treinamento do Bope para juízes será na segunda quinzena de novembro. Em agosto, os magistrados terão a oportunidade de participar do Curso de Segurança e Tiro, organizado pela AMAERJ e promovido pela Core (Coordenadoria de Recursos Especiais). ■

—

**“A IDEIA É  
APRIMORAR A  
SEGURANÇA DOS  
MAGISTRADOS,  
ENSINANDO A  
FORMA CORRETA  
COM QUE ELES  
DEVEM REAGIR”**



# A EMENDA DAS DIRETAS

POR  
**MIRO  
TEIXEIRA**

Miro Teixeira defende eleições diretas no caso de vacância da Presidência da República, exceto nos seis últimos meses



DEPUTADO  
FEDERAL E  
AUTOR DA PEC  
DAS ELEIÇÕES  
DIRETAS

Successivos golpes e decretações de estado de sítio interromperam, desde a sucessão de Deodoro da Fonseca, a normalidade constitucional brasileira.

Em 9 de abril de 1964 foi editado o Ato Institucional número 1, em cuja ementa os golpistas de então se autoproclamam o “Poder Constituinte originário da revolução vitoriosa”.

Logo no Artigo 2º, o AI 1 remete ao voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional a eleição do Presidente da República e do Vice, com mandatos limitados a 31 de janeiro de 1966.

Esse é o momento em que se interrompe o ciclo democrático iniciado em 1946, com a Constituinte e a posse de Eurico Gaspar Dutra.

Com os horrores da ditadura mais expostos, a partir de 1970 pequenas manifestações de intelectuais, artistas e da população em geral foram as bases que deram movimento às letras da Proposta de Emenda à Constituição número cinco, de 1983, de autoria do Deputado Dante de Oliveira.

Mas os grandes comícios realizados no País pelas “Diretas Já” não foram suficientes para aprová-la. No dia 25 de abril de 1984 alcançamos 298 votos a favor, número inferior aos 320 necessários à época. Cento e doze deputados faltaram, o que representa em Emendas Constitucionais o mesmo que votar contra. Outros 65 votaram ostensivamente contra e três se abstiveram.

Avançando a passos ligeiros para 1987, a Assembleia Nacional Constituinte, Poder Originário da Carta atual, deixou de lado o texto da Emenda Dante de Oliveira, sem previsão de eleição indireta, e optou pelo sistema da Constituição de 1946, onde se encontra tal previsão se a vacância da Presidência da República ocorrer nos dois últimos anos do mandato.

Já em 2015, decisões judiciais que retiravam o mandato de governadores e vices e davam posse aos segundos colocados nas respectivas eleições, resultaram em alteração do Artigo 224 do Código Eleitoral.

Pela nova redação, naquelas hipóteses de vacância por delito eleitoral, eleições diretas serão realizadas para preenchimento dos cargos, exceto nos seis últimos meses do mandato, quando a substituição se dará pela via indireta.

Em 2016, o procurador-geral da República arguiu a inconstitucionalidade do dispositivo, por se chocar com o Parágrafo 1º do Artigo 81 da Constituição. Em 1º de junho do mesmo ano, apresentei a PEC que tomou o número 227/2016, a fim de garantir eleições diretas. Essa é a História. ■



# Gestor e formador de juizes

Para diretor, EMERJ deve focar nos cursos para treinar magistrados

por  
RAPHAEL GOMIDE

**O** jovem Ricardo Cardozo era um estudante sério, fechado e de poucos amigos na faculdade de Direito da UFF (Universidade Federal Fluminense) do fim dos anos 70. Como estagiou desde o início, vestia sempre terno e gravata e tinha pouco interesse pela vida social universitária. Era estudioso e focado. Quem hoje conhece o sorridente desembargador tem dificuldade de imaginar sua versão casmurra de outros tempos. Diretor-geral da EMERJ (Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro) desde fevereiro, Cardozo quer torná-la cada vez mais uma “escola dos magistrados”. Para ele, os cursos preparatórios são importantes e rendem receita, mas o novo foco da EMERJ é a formação dos juizes. Por isso, criou o mestrado em Direito e Saúde e uma série de cursos de formação permanente e quer trazer a classe para a EMERJ. Cardozo defende ainda que o juiz moderno deve aprender gestão. Como juiz, desenvolveu por necessidade a habilidade de gerir e treinar pessoas. Ao assumir uma vara de família, oito dos 12 funcionários eram psicólogos, que haviam feito concurso para comissário e “não sabiam nada de Direito”. Fez apostilas a máquina de escrever e, por dois anos, três vezes por semana, deu aulas à equipe após o expediente. “Sempre soube que gostava de administrar.” O estudante introspectivo que virou juiz gestor de equipes agora é formador de magistrados. Nesta entrevista de **FÓRUM**, conheça as ideias de Ricardo Cardozo para a EMERJ.

**FÓRUM: Qual é o seu principal objetivo à frente da EMERJ?**

**CARDOZO:** O Rio sempre exportou conhecimento do Direito, e a EMERJ sempre foi protagonista nesse cenário nacional, entre as escolas do Judiciário. Infelizmente, vinha perdendo um pouco desse prestígio ao longo do tempo, e o que me propus é a resgatar esse papel no cenário nacional. É difícil, dá trabalho. Busco resultado e principalmente fazer a escola resgatar esse papel de escola dos magistrados. A EMERJ não é [prioritariamente] para quem quer ser juiz: é do magistrado!

**FÓRUM: Que iniciativas estão sendo tomadas para reforçar esse novo foco?**

**CARDOZO:** Neste início de trabalho, o Departamento de Cursos Públicos, de formação de juizes, já cresceu de forma importante. Quero estimular



Cardozo diz  
que os cursos  
preparatórios  
para concurso  
são importantes,  
mas foco  
é formação  
de juízes



os magistrados a participar de seminários fora do Rio. Vamos auxiliar a mandar como representantes. Se o juiz quiser fazer e se valer a pena investir, se eu sentir que é bom e vai trazer frutos, ajudaremos. Mandamos em maio magistrados a Brasília, para fazer um curso de formação de formadores, multiplicadores, na Enfam (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados). Em junho para outro semelhante em São Paulo. A visão é essa.

**FÓRUM: A EMERJ também passou a ser conhecida pelos cursos preparatórios.**

**CARDOZO:** O curso de preparação para o concurso da magistratura é importantíssimo, porque gera receita. A EMERJ é a mais rica do país porque temos receita, o Fundo da EMERJ. Os recursos proporcionam uma qualificação melhor. Temos excelentes professores para os cursos para magistrados. Nós os trazemos de diferentes estados e às vezes do exterior. Tenho dinheiro para fazer isso tudo. Antigamente eu notava que a ideia era economizar... Não sejamos perdulários, claro, mas vamos aplicar o dinheiro existente, temos de usá-lo bem para a sua finalidade! A receita é importante, mas o meu foco são os juízes. É uma escola para juízes. Estamos preocupados em oferecer produtos que possam facilitar a vida deles. Entreguei os cursos para juízes ao desembar-

gador Marco Aurélio Bezerra de Melo.

**FÓRUM: O sr. sempre teve esse lado gestor?**

**CARDOZO:** Tenho a gestão do gabinete rigorosamente em dia, ontem e hoje. Exijo que meus funcionários se atualizem. Sempre dediquei meu tempo a promover esse treinamento nos gabinetes. O funcionário que chegava recebia o texto 'Mensagem a Garcia' [conta a história de um homem que recebeu a tarefa de levar uma mensagem do presidente dos EUA a Garcia, chefe dos revoltosos na Guerra entre EUA e Espanha. O homem a cumpriu a missão sem fazer perguntas]. Quando era juiz, havia o manual de gerência do gabinete, feito por mim. Tinha prazo para cumprir um trabalho; se precisasse de tempo pedia mais prazo, e eu podia deferir ou não. Nunca tive um funcionário que sáisse, só um. Era um excelente funcionário pediu para sair porque precisava se mudar para outra região do Estado. Como era excelente, tinha de ser premiado. Sou metódico. Quero tudo direitinho. Mas eu carrego, ajudo, não abandono nem deixo falar mal dos meus funcionários!

**FÓRUM: É importante que juízes conheçam sobre gestão?**

**CARDOZO:** A orientação é para que exerçam isso. Esperamos isso, como recebem muita informação sobre gestão.

Mas muitos magistrados dizem: 'Fiz concurso para decidir, não para administrar vara!' Mas querendo ou não, é importante. Quando assumi uma vara de família, tinha acabado de haver concurso. Antigamente, havia vagas para comissários de menores, psicólogos e analistas. Houve excedente de comissários, que foi chamado para tomar posse. Encontrei um cartório onde, de oito de 12 funcionários eram psicólogos. Não sabiam nada de direito! O processamento era terrível. Então, três vezes por semana, eu dava aulas aos funcionários após o expediente. Fiz apostilas a máquina de escrever. Sempre soube que gostava de administrar. Então, o expediente público se encerrava e, três vezes por semana, de 18h às 19h eu dava aulas, por dois anos, a todos os que não tinham formação jurídica. Ensinei cada tipo de ação aos funcionários.

**FÓRUM: O que o fez se candidatar a dirigir a EMERJ?**

**CARDOZO:** Na minha opinião, a EMERJ precisava se modernizar, interiorizar os cursos. Pedi aos presidentes de fóruns para levar reuniões para o interior e que sejam abertas à comunidade, não só para juízes. Fazemos cursos à distância. Estamos inaugurando um estúdio de gravação de programa, em colaboração com um professor daqui. Fizemos um projeto-piloto, para ser exibido na TV Justiça. Será sobre Direito de Família, para tirar dúvidas do público. A ideia é a EMERJ produzir uma programação frequente.

**FÓRUM: Existem novidades no programa?**

**CARDOZO:** Começamos em junho o mestrado em Justiça e Saúde, com a Fiocruz desde junho – e outro em fase de conversas –, só para magistrados. É na sede da EMERJ, com um horário especial que não atrapalhe as atividades profissionais: sexta-feira e segunda de manhã. Outro projeto importante é a unificação das bibliotecas do TJ-RJ e da EMERJ, que será gerida pela EMERJ. Chamei a Engenharia do TJ e quero dar

“A receita é importante, mas o meu foco são os juízes. A EMERJ não é para quem quer ser juiz: é do magistrado!”



Ricardo Cardozo quer unificar as bibliotecas da EMERJ e do TJ-RJ, sob sua gestão

vida à biblioteca de lá. As duas bibliotecas ficam fisicamente no TJ-RJ, mas separadas, e uma será absorvida pela outra. A da EMERJ é muito vibrante, os alunos circulam muito, porque precisam estudar constantemente. Não tem nem espaço suficiente para todos, e precisamos até pôr mesas nos corredores! A biblioteca do TJ-RJ parece um sepulcro, não tem vida... Estamos em um processo de aquisição, muito lento. É um espaço amplo, importante para pesquisa, mas que não é para o dia a dia. A Engenharia está preparando um projeto para submeter à Presidência do TJ de modo a integrarmos as duas. Nossa ideia é que os alunos usem o espaço, que percebam que tem vida. Queremos manter em uma parte aberta em fins de semana. Tem de estar aberta para o aluno que quer possa estudar.

**FÓRUM: Como a EMERJ é vista hoje?**

**CARDOZO:** A EMERJ continua sendo

uma escola de grife, de excelência. Teve um pequeno período em que se desvirtuou – mas não foi na última gestão. Por uma visão política, impregnada. Isso a depreciou. Houve uma fase em que foi transferida para a área do porto, e muitos professores não quiseram dar aula lá. Depois recebemos o prédio, reformamos. Em minha opinião, a EMERJ tem de ser apolítica. Precisa debater todas as correntes, mas não adotar nenhuma posição. Ser aberto às ideias, mas não se restringir a este setor, a esta ideia. Hoje, meu propósito é fazer isso. Mas na hora em que mexi [na EMERJ], alterando a estrutura administrativa], virei autoritário!... Só existia uma visão, eu quero que se debata.

**FÓRUM: O sr. foi professor da EMERJ logo após sua fundação e no começo da carreira.**

**CARDOZO:** Sim, quando entrei para a magistratura, em janeiro de 1988, ainda não existia a EMERJ, ou não estava

funcionando. Depois, fui um dos primeiros professores. No início, dava aula de Direito Penal. No começo de carreira, pegava de tudo, mas mais criminal. Fiquei muito pouco tempo no interior, sete meses, em Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e vim para a capital. Dei aula por quatro anos e meio na EMERJ, até ser promovido à entrância especial.

**FÓRUM: O que mudou e o que ficou na EMERJ desse início?**

**CARDOZO:** O espírito ficou. O fundador, desembargador Claudio Viana de Lima, trouxe para a EMERJ uma visão oriunda da ESG (Escola Superior de Guerra, do Exército). Era muito rigorosa, na parte de horários, organização. Ele trouxe isso, muito planejamento. Para assistir ao curso, não se podia usar jeans, os homens deviam vestir terno. Se chegasse cinco minutos atrasado, não entrava – aluno ou professor! A disciplina era muito rigorosa. Por muitos anos, obedeceu a esse sistema. Acho que fez com que a EMERJ começasse e, por muito tempo, manteve-se o sistema. Hoje, essa linha ainda é de algum modo conservada, mas não com rigor excessivo. Há uma disciplina de horário, é preciso justificar falta, não importa se é juiz. Essa linha a EMERJ mantém. Já os métodos acadêmicos se alteraram. Na gestão do desembargador Cavalieri foi implantada disciplina de casos concretos. Tinha de trabalhar não só doutrina e Jurisprudência, mas também casos concretos.

**FÓRUM: Como deve ser a formação dos juízes, em sua opinião?**

**CARDOZO:** Os aprovados no concurso chegam muito bem tecnicamente. É importante mostrar o lado prático. Não precisam de uma formação teórica, e sim mais como proceder como juiz, casos práticos. Eles passam por um curso de quatro meses, cuja formatura foi em 2 de junho, e vão para suas comarcas. Não são mais tutelados, embora passem os dois anos em estágio probatório, e a EMERJ fornece cursos para eles. Eles passam por 60 horas de cursos nos próximos dois anos.



**FÓRUM: Qual é a estrutura da EMERJ?**

**CARDOZO:** A EMERJ funciona em dois turnos. Tem 228 funcionários. Abre às 7h e fecha às 22h. Tem aulas de 8h às 12h e de 18h às 22h. O TJ só arca com as despesas de pessoal. O resto é feito com o Fundo.

**FÓRUM: Em entrevista à AMAERJ, o corregedor-geral de Justiça, João Otávio Noronha, disse que os juízes deveriam passar dois anos na Escola da Magistratura. O que o sr. pensa disso?**

**CARDOZO:** Seria o ideal, ter tempo para os juízes fazerem essa formação. Recebi dois juízes franceses que explicaram que lá os juízes por concurso ficam dois anos na Escola do Judiciário Francesa. Recebem treinamento o tempo todo para trabalhar com outros magistrados. É uma escola para a França toda. De lá saem os juízes e os membros da Procuradoria.

**FÓRUM: Qual é a sua avaliação sobre mediação?**

**CARDOZO:** É muito importante, a mediação reduz muito a quantidade de processos. Criamos uma divisão que trata de métodos de Autocomposição de Conflitos e Justiça Restaurativa, um curso regular. Em junho começaram os cursos à tarde, de formação de mediadores judiciais. É o mote que daremos para agilizar, não tem jeito! É impossível de outro modo, muito caro. Não

temos recurso. A mão de obra do juiz é altamente especializada. Mas nem sempre a solução legal é a melhor. O melhor é através do consenso, da mediação. Na área de Família, por exemplo, um acordo é a melhor solução. Eu sempre falava para as pessoas que estavam na Justiça para resolver um problema. 'A posição mais fácil é a minha. Se os senhores não chegarem a um acordo, aplico a lei. A melhor solução é vocês chegarem a um acordo.' Fiquei oito anos, foi uma das melhores varas de Família. Tinha mais de 90% de acordos. Nos dois primeiros anos trabalhei muito, para colher os frutos depois.

**FÓRUM: Mas há resistências a essa percepção.**

**CARDOZO:** Tem resistências porque o magistrado acha que o mediador não conseguirá resolver e ele terá de fazer de qualquer jeito. Se de dez casos, o mediador resolver três, quatro, cinco... já são cinco casos a menos, 50%! Diminui o trabalho, não tem jeito, precisa ser prático! O Código de Processo Civil impõe: o primeiro ato é designar audiência de conciliação.

**FÓRUM: Qual é o perfil do juiz moderno?**

**CARDOZO:** Precisa ser sensível ao que acontece no mundo à volta, e não fechado, com vendas nos olhos, como era. O juiz moderno tem de estar aberto, entender os problemas da sociedade,

não esquecer a lei, mas interpretá-la de forma que se entendam os novos rumos. Não importa o que pense pessoalmente. Outro dia, o STF decidiu que as uniões homoafetivas têm os mesmos direitos das legalizadas, formalizadas. Não está escrito, mas é uma decorrência lógica. Não importa se sou a favor, o que vivemos hoje é a sociedade mais aberta, que aceita isso. Não é justo que pessoas que vivem longos anos na sucessão não tenham o mesmo tratamento. Nesse aspecto, o juiz tem de ver que a sociedade está em processo dinâmico. O ministro Marco Buzzi, do STJ, diz: 'a pauta não é do juiz'. É preciso ter sensibilidade para entender a carência de certas pessoas. Tem o caso dos medicamentos. 'Ah, onera o estado!' Mas não é o Estado que tem obrigação de dar saúde a essas pessoas? É preciso estar aberto a tudo. Também tem de se comunicar com a imprensa, estar aberto a explicar, dar satisfação.

**FÓRUM: Os juízes já sabem se comunicar com a imprensa e a sociedade?**

**CARDOZO:** Ainda estamos colhendo frutos da formação antiga... 'O Juiz só fala nos autos', não pode emitir opinião. No início da carreira, foi essa a orientação. Mas o juiz tem de se modernizar, falar com a imprensa. Tem de saber como fazer tudo isso. O juiz de hoje já é mais aberto, porque viu que não podia continuar como antes.

**FÓRUM: Qual é a sua visão sobre os juízes do Rio de Janeiro?**

**CARDOZO:** Isso eu posso dizer: fui presidente da Comaq (Comissão de Apoio à Qualidade dos Serviços Judiciais) por dois anos. Nossos juízes, em geral, são extremamente dedicados. Foi uma grata satisfação constatar isso. São dedicados, esforçados, se doam. Tentam melhorar, são corretos, têm boa postura. Conheço juiz que não é assim – como médico, militar, qualquer carreira –, mas na sua maioria são muito dedicados. Eu dizia a eles: 'Volte sempre para reclamar, porque é sinal de que está preocupado em melhorar a atividade.'. ■

“O juiz moderno precisa ser sensível ao que acontece no mundo, e não fechado, com vendas nos olhos, como era”

# CARIOCANDO

CULTURA + TURISMO + ESPORTE + LITERATURA

Um dos mestres da poesia brasileira, maranhense foi autor de músicas que se tornaram sucesso

CULTURA

## Cancioneiro Gullar

CULTURA

p.30

Ferreira Gullar fez letras de música para grandes cantores

TURISMO

p.34

Visitar a Fazenda São Luiz da Boa Sorte é voltar aos tempos do café

ESPORTE

p.37

Jogos Nacionais da Magistratura serão em outubro, em Fortaleza

ESTANTE

p.38

Veja os novos livros que não podem faltar em sua biblioteca



# Letrista de MPB, a faceta pop de FERREIRA GULLAR

Poeta maranhense  
compôs com Caetano,  
Milton, Fagner e  
Paulinho da Viola

por SÉRGIO TORRES

A faceta menos conhecida de Ferreira Gullar, morto aos 86 anos em dezembro, é a que certamente mais o aproximou do grande público. Além de poeta, escritor, artista plástico, roteirista, crítico de arte, ensaísta, cronista e dramaturgo, o maranhense Gullar escreveu versos para melodias compostas por parceiros ilustres. Muitas das canções letradas por ele fizeram sucesso nas vozes consagradas de Caetano Veloso, Maria Bethânia, Paulinho da Viola, Edu Lobo, Fagner, Milton Nascimento, MPB-4, Ney Matogrosso e Nara Leão.

Nascido em São Luís em 10 de setembro de 1930, José Ribamar Ferreira tornou-se Ferreira Gullar em 1948, um ano antes de lançar, ainda no Maranhão, seu primeiro livro de poesias, “Um Pouco Acima do Chão” –renegado, tempos depois, pelo autor, que o considerou “obra imatura”.

A vinda para o Rio, em 1951, marcou o início do envolvimento de Gullar com o que havia de mais importante nos meios literário e intelectual brasileiro à época. Três anos depois, lançou “A Luta Corporal”, que o aproximou do grupo concretista radicado em São Paulo, sob a liderança dos irmãos poetas Augusto e Haroldo de Campos.

A seguir, veio o rompimento com a poesia concreta e a participação de Gullar em políticas sociais, especialmente a partir de 1962, quando ingressou no CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE (União Nacional dos

Estudantes). Foi aí que surgiram as primeiras letras para as músicas engajadas do período.

Editado em 2015 pela Topbooks, o livro “Cançãoeiro” reúne 13 letras escritas por Gullar para canções. Na orelha da publicação, o ensaísta, poeta e crítico literário Antonio Carlos Secchin, fã de Ferreira Gullar e seu colega na ABL (Academia Brasileira de Letras), escreve que as letras “portam a mestria e a chancela de qualidade do autor”.

A primeira edição teve tiragem limitada. Foram apenas 300 exemplares, numerados de 1 a 300. Coube a Secchin a apresentação e a organização do livro, enriquecido por belas ilustrações do artista plástico Ciro Fernandes. Os primeiros 50 exemplares trouxeram as assinaturas de Gullar e do ilustrador.

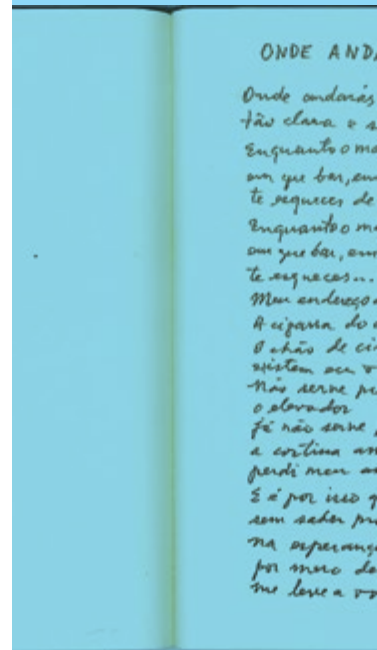
Ferreira Gullar aventurou-se pela primeira vez a versar melodias em 1966, para a peça “Se Correr o Bicho Pega, se Ficar o Bicho Come”, que escreveu em parceria com o dramaturgo Oduvaldo Vianna Filho, o Vianinha (1936-1974). Os autores

fizeram as letras, musicadas pelos compositores Geni Marcondes (1916-2011) e Denoy de Oliveira (1933-1988). “A Canção do Bicho”, dos quatro autores, fez sucesso nas interpretações de Nara Leão e do grupo vocal MPB-4.

Dois anos depois, a pedido da amiga Maria Bethânia, seu irmão Caetano Veloso compôs “Onde Andará”, com letra de Ferreira Gullar.

“Essa parceria não nasceu de uma relação minha com

LETRAS  
DE GULLAR  
COMEÇARAM  
A SER ESCRITAS  
AINDA NOS  
ANOS 60



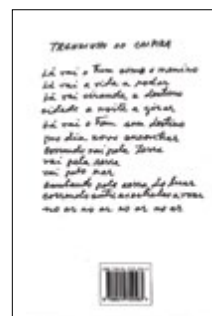
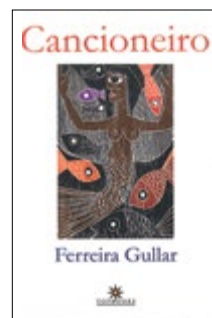
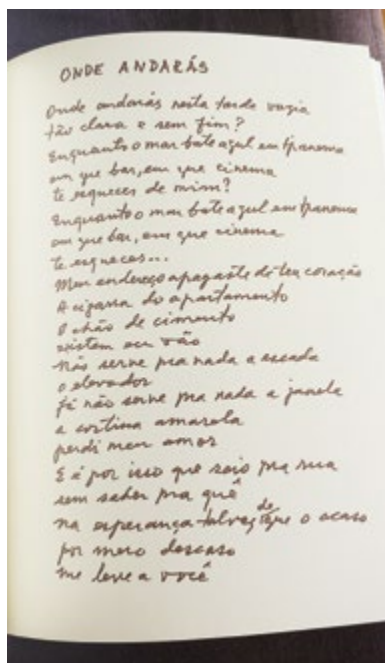
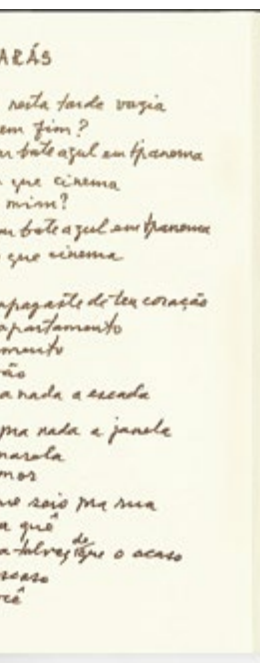


**Livro lançado um ano antes da morte reúne 13 canções do poeta, famosas e inéditas**

Caetano. Foi Maria Bethânia quem me pediu se eu gostaria de escrever para ela duas letras de fossa, de dor-de-cotovelo, que ela queria gravar no seu disco de estreia. Então fiz e entreguei a ela duas letras. Uma é ‘Onde Andará’. A outra é um poema, também do mesmo livro, que adaptei para servir como letra, porque como poema era muito longo. Mas Caetano só musicou uma delas”, contou Gullar ao ser entrevistado em 2008.

Nas ocasiões em que falou sobre seu trabalho como compositor popular, Gullar procurou deixar claro que não se sentia muito confortável com a tarefa. “Em geral, sou levado a escrever por alguma coisa que me espanta, que me surpreende, que me comove. Pegar uma música e saber que sentido tem aquilo... Eu não sei que sentido tem aquela música. A música tudo bem, pela melodia a gente se guia, mas o que vou escrever? Como é que eu vou transformar aquilo em palavras? Eu não consigo, é muito difícil. Isso é coisa para Caetano, Chico [Buarque], eles entendem disso. (José Carlos) Capinan [parceiro de Gilberto Gil, Caetano, Tom Zé e Paulinho da Viola, entre muitos artistas de renome] tem uma experiência de letrista que não tenho, é um outro departamento”, relatou Ferreira Gullar em entrevista.

Após a volta do exílio [esteve na Rússia, Chile, Peru e na Argentina], em 1977, ainda durante o regime militar, o poeta intensificou a relação com a música. Inicialmente, colocou versos em “Trenzinho do Caipira”, parte das “Bachianas nº 2”, clássico do maestro e compositor erudito Heitor Villa-Lobos (1887-1959). Gullar aproveitou trecho de







As belas  
ilustrações de  
Ciro Fernandes  
valorizam  
“Cancioneiro”

seu “Poema Sujo”, o livro lançado na década de 70 e apontado por críticos como a obra-prima do autor.

Edu Lobo gravou a canção em 1978, no disco “Camaleão”. Tornou-se um sucesso. No sepultamento de Gullar no mausoléu da ABL, ano passado, no cemitério São João Batista (zona sul do Rio), amigos, parentes e fãs cantaram o “Trenzinho”, como última homenagem ao poeta.

Raimundo Fagner foi o principal parceiro musical de Gullar. Compuseram juntos “Traduzir-se”, “Me Leve”, “Contigo”, “Rainha da Vida” e “Menos a Mim”. Muitos não sabem, mas é de Gullar a versão em português de “Borbulhas de Amor”, canção do compositor dominicano Juan Luis Guerra, megassucesso do cantor cearense. Fagner conta que conheceu Gullar por intermédio do poeta e compositor Vinícius de Moraes (1913-1980). Vinícius disse a Fagner que o apresentaria ao maior poeta brasileiro.

“Foi engraçado quando Vinícius me contou isso, antes de Gullar chegar ao encontro. Olhei para ele surpreso e disse: ‘Mas não é você o maior poeta brasileiro?!’. Ele riu e falou que não, era Ferreira Gullar”, disse Fagner.

Com Milton Nascimento, Ferreira Gullar compôs “Bela Bela” e “Meu Veneno”. “Bela Bela” é também um trecho do “Poema Sujo”. Foi musicada por Milton em 1979, que a gravou

dois anos depois, no disco “Caçador de Mim”. “Meu Veneno” é composição de 1990. Milton a registrou em “Angelus”, álbum de 1993.

A compositora mineira Sueli Costa era muito amiga de Gullar e foi parceira dele em três músicas, com melodia dela e letras do poeta. Duas permanecem inéditas: “Diferença” e “Menina Passarinho”. “Escuta, Moça” foi gravada por Sueli há 33 anos, no vinil “Íntimo”. Em entrevista reproduzida no site da parceira, Gullar a enaltece: “Lembro-me de Sueli Costa sempre com muito carinho, na época em que estivemos mais próximos. Somos parceiros, ela deu beleza a uma letra que fiz a seu pedido. Sueli, artista verdadeira, pessoa adorável”, disse Gullar.

O carioca Paulinho da Vila é parceiro de Gullar na canção “Solução de Vida”, de 1996, um dos destaques do disco “Bebadosamba”. O músico compôs duas melodias para os versos de Gullar. Da

primeira, não gostou. “A melodia não estava acompanhando o sentido irônico da letra. Não gostei do resultado. Depois que gravei, fiz outra música. Foi essa segunda versão que entrou no disco”, lembra.

Ele ainda tem músicas em parceria com Zeca Baleiro, Adriana Calcanhotto, Murilo Alvarenga, Raul Ellwanger e Wagner Tiso, entre outros artistas. O bissexto compositor Ferreira Gullar, afinal, não é tão bissexto assim. ■

**FERREIRA GULLAR  
TAMBÉM  
COMPÔS COM  
ARTISTAS MAIS  
NOVOS, COMO ZECA  
BALEIRO E ADRIANA  
CALCANHOTTO**



Gullar e Fagner em estúdio no Rio em fim da década de 70

## AS 10 MAIS DE FERREIRA GULLAR

- 1 **Trenzinho do Caipira**  
(Villa-Lobos-Gullar)
- 2 Onde Andará  
(Caetano Veloso-Gullar)
- 3 Traduzir-se  
(Fagner-Gullar)
- 4 Bela Bela  
(Milton Nascimento-Gullar)
- 5 Solução de Vida  
(Paulinho da Viola-Gullar)
- 6 Escuta, Moça  
(Sueli Costa-Gullar)
- 7 Canção do Bicho  
(Geni Marcodes-Denoy de Oliveira-Vianinha-Gullar)
- 8 Borbulhas de Amor  
(versão de Gullar para canção de Juan Luis Guerra)
- 9 Me Leve  
(Fagner-Gullar)
- 10 Definição da Moça  
(Adriana Calcanhotto-Gullar)

# Compositor guarda há 40 anos canções feitas com Gullar

As parcerias de André Siqueira com autor de “Poema Sujo” e “A Luta Corporal” permanecem inéditas



Adolescente, André Siqueira procurou o poeta, que acabara de voltar do exílio

Aos 17 anos, o estudante André Iki Siqueira soube que Ferreira Gullar havia retornado ao Brasil após anos de exílio. Fã do poeta, decidiu procurá-lo, para mostrar canções que compusera a partir dos poemas de “A Luta Corporal”, livro precursor do movimento concreto brasileiro, de 1954.

Passados 40 anos de seu encontro com Gullar, que rendeu ao menos dez músicas, Siqueira – jornalista, escritor e documentarista – relembra a reação do poeta ao ouvi-lo cantar pela primeira vez. A conversa aconteceu no apartamento em que Gullar vivia com a mulher, a produtora cultural Tereza Aragão, e os filhos, perto do Jardim de Alah, na divisa de Ipanema e Leblon, zona sul do Rio.

“Gullar era amigo de meu tio, Givaldo Siqueira, membro da Executiva do Comitê Central do Partidão [como era chamado o antigo Partido Comunista Brasileiro]. Quando Gullar voltou do exílio, meu tio continuava fora. Procurei, então, o jornalista Milton Coelho da Graça, que fez a ponte.”

André Iki Siqueira entrou timidamente com seu violão na casa do poeta. “Ele me mandou tocar. Comecei, e ele fechou os olhos. Quando os abriu, pediu para tocar de novo. Ao final, declarou que eu tinha

conseguido chegar ao ‘espírito do troço’ e exclamou: “Maravilhoso!”, relembra o jornalista, orgulhoso.

Os encontros entre ele e Gullar se sucederam. Em um deles, Siqueira perguntou se o poeta aceitaria musicar algumas de suas melodias. “Ele disse que não conseguiria fazer as letras. Era um trabalho bem diferente de escrever poemas [como mostra frase de Gullar no outro texto desta reportagem]. Aí foi lá dentro e voltou com uma pasta cheia de poemas que até então eram inéditos. Pediu para musicá-los. Fiz um monte de músicas baseadas nesses versos”, disse Siqueira. O jornalista é autor do livro “João Saldanha, uma Vida em Jogo” (Companhia Editora Nacional, 2007) e codiretor, com Beto Macedo, de “João”, documentário baseado no livro que conquistou em 2008 os prêmios de melhor filme, direção e filme pelo júri popular do festival Recine.

As parcerias Siqueira-Gullar continuam inéditas. O artista, hoje com 57 anos, diz que desistiu da música há muitos anos. No velório do poeta, reencontrou o amigo Fagner, a quem chegou a levar ao apartamento de Gullar no fim dos anos 70. “Mande uma fita com músicas minha e do Gullar para o Fagner. Vamos ver se ele grava”, afirmou Siqueira.





# VISITA AO PASSADO

CUIDADOSAMENTE RESTAURADA, FAZENDA SÃO LUIZ DA BOA SORTE PERMITE VIAGEM AOS TEMPOS E À RIQUEZA DOS BARÕES DO CAFÉ DO VALE DO PARAÍBA



por **RAPHAEL GOMIDE**

**A**o morrer em 1870, aos 61 anos, Paulo Gomes Ribeiro de Avellar, Barão de São Luiz, rico produtor do Vale do Café, deixou como herança 677 contos de réis em terras, equipamentos, escravos, joias e mobiliário à mulher, Feliciano. Em valores atuais, a fortuna do homem influente do Império equivaleria a R\$ 90 milhões. Usando técnicas modernas de agricultura, sua fazenda em Vassouras prosperara. O município era o maior produtor e exportador de café do mundo. Hábil administrador, Paulo Gomes Ribeiro de Avellar multiplicou os 8 contos de réis que recebera de herança do pai. Viveu e contribuiu para o auge do café no Vale do Paraíba, que coincidiria com sua

vida e chegava ao fim no ano de sua morte. A monarquia precisava do apoio dos barões do café, líderes da economia nacional que sustentava o império.

Três vezes vereador em Vassouras, recebeu por decreto do imperador Dom Pedro II o título de 1º Barão de São Luiz em outubro de 1861 – ao custo de 750 mil réis, ou R\$ 100 mil. De acordo com o inventário que serviu para o testamento de Avellar, seus 111 escravos somavam 377 contos; a casa de vivenda – “com 160 palmas de frente, 60 de fundos, toda forrada, assualhada (sic), envidraçadas e muito bem construída” – valia oito contos de réis (R\$ 1,06 milhão); havia ainda um broche de brilhantes e um par de brincos de brilhantes de um conto de réis.

Quinze anos depois da morte do Barão de São Luiz, o Conde D’Eu, marido de princesa Isabel, passaria uma temporada de 20 dias na propriedade, cuja sede foi redecorada para receber o nobre. Quintiliano, irmão do barão, faria uma grande reforma no casarão. Trouxe da Europa grades nas quais mandou colocar suas iniciais e o ano da obra no portão que encima as escadarias. Construída em 1835, a Fazenda São Luiz seria vendida pela viúva já no ocaso do Vale do Café – a produção se transferira para o Oeste paulista.

Quando o casal Nestor Rocha e Lilianna Rodriguez chegou a Vassouras em 2004 para conhecer a Fazenda São Luiz da Boa Sorte – 134 anos e quatro donos depois –, a





2



3



4



5

Casarão histórico (1) tem pátio interno (2), salão de jantar e quartos luxuosos (4 e 5). Reformada em 2007, a capela (3) tem imagem de Frei Galvão

propriedade pouco lembrava a pompa e a riqueza dos tempos áureos dos cafeicultores Gomes de Avellar. O casarão jazia abandonado, sem portas e janelas ou com as esquadrias semidestruídas, assim como as grades do jardim e das sacadas. Danificada e com o teto furado, a capela servia de abrigo para animais, povoada por bois e vacas. Àquela altura, poucos apostariam que tudo seria restaurado.

Com o patrocínio do governo do Estado – em tempos prósperos – e de empresas privadas, o conselheiro do Tribunal de Contas do Município Nestor Rocha e a jornalista Liliana Rodriguez lograram fazer um cuidadoso processo de restauração que não só devolveu a beleza do projeto original como, possivelmente, tornou a casa mais aconchegante e luxuosa do que nos tempos do barão.

Coube ao arquiteto João Reis o projeto de revitalização da sede, belo exemplar de casa rural do Ciclo do Café no Vale do Paraíba do século 19. O casal adquiriu ou recuperou o mobiliário de luxo europeu da época, que assemelha a casa principal a uma residência mais urbana que rural. A revitalização durou mais de dez anos e foi sendo feita paulatinamente, com resultado invejável. A Fazenda São Luiz da Boa Sorte é hoje um exemplo de conservação e beleza.

Ao chegar ao portão de entrada, de frente para a estrada que divide suas

terras, o visitante é recebido por 20 imponentes palmeiras imperiais no caminho até o casarão. Diz-se que, no século 19, as palmeiras eram presentes exclusivos do imperador e, portanto, tê-las era sinal de importância e proximidade com o monarca. Por outro lado, diz-se que muitos fazendeiros contrabandeavam as mudas das palmeiras para ostentar uma intimidade de que não gozavam Dom Pedro II. Não se sabe se as palmeiras da São Luiz da Boa Sorte foram regalo oficial ou não, mas elas seguem

**“SOMOS APENAS  
GUARDIÕES  
TEMPORÁRIOS  
DA SÃO LUIZ  
DA BOA SORTE,  
NÃO OS DONOS.”**

**NESTOR ROCHA,**  
proprietário da fazenda

terras, o visitante é recebido por 20 imponentes palmeiras imperiais no caminho até o casarão. Diz-se que, no século 19, as palmeiras eram presentes exclusivos do imperador e, portanto, tê-las era sinal de importância e proximidade com o monarca. Por outro lado, diz-se que muitos fazendeiros contrabandeavam as mudas das palmeiras para ostentar uma intimidade de que não gozavam Dom Pedro II. Não se sabe se as palmeiras da São Luiz da Boa Sorte foram regalo oficial ou não, mas elas seguem





**Crianças do projeto histórico visitam a Fazenda São Luiz da Boa Sorte, em Vassouras**



com autoridade mais de um século depois de plantadas. Outra intimidação era a placa que continua na parede ao lado da escada de acesso ao casarão. “Sê bem-vindo nesta casa, se és devéras meu amigo.”

Ao percorrer a casa-grande com o guia Marcelo Muller, o visitante percorre todos os cômodos da residência ornada com belos móveis antigos, mesa comprida de 18 lugares com prataria piano de navio de 1824, cadeiras de braço – destinadas aos barões; as sem braços eram usadas por aqueles sem título de nobreza. Poucos móveis são originais da residência. A maioria foi comprada em antiquários, embora algumas peças encontradas tenham sido recuperadas. Há a “sala dos homens”, com canapés e escaradeiras, muitas – supostamente sinal de higiene. A casa ainda mantém a alcova

– pequeno quarto sem janelas onde caixeiros-viajantes que chegavam tarde à fazenda para fazer negócios ficavam alojados, sob vigilância de um escravo.

Restaurada, a Boa Sorte está aberta para a visitação pública e hóspedes. São 21 quartos no total. Em julho, recebe o Encontro de Aposentados e Pensionistas, promovido pela AMAERJ. “Não somos um hotel-fazenda, mas uma fazenda que hospeda grupos fechados”, esclarece Liliana Rodriguez. A propriedade também é palco de casamentos, feijoadas e festas, como a que celebrou em 13 de maio a abolição da escravidão.

São oito os quartos disponíveis na casa principal para convidados, entre os quais o mais amplo, em que ficou “Conde D’Eu”, e o das “princesas”, com duas camas de meninas e berços do século 19.

Há mais 13 suítes na propriedade, parte deles no antigo haras, adaptado para se transformar em uma espécie de vila espanhola com jardim interno e piscina no centro. O Centro Hípico, reformado em 2009, conta com picadeiro de 60m x 20m e serve para eventos de grande porte.

A fazenda recebe semanalmente de 200 a 300 alunos de escolas particulares. Um projeto patrocinado de visita de escolas públicas levou até 2016 mais de 13 mil crianças para conhecer a história do ciclo do café. A fazenda também sediou apresentações de música do Festival do Vale do Café e três vezes o projeto Casa Real – semelhante ao Casa Cor – com exposição de mobiliário e obras de arte.

Nestor Rocha se envolveu com as atividades da região e hoje preside o Preservale, que busca projetos para revitalizar a região e desenvolver o turismo histórico do Vale do Café. “Somos apenas guardiões temporários, não donos”, costuma dizer o proprietário da fazenda.

A restauração da capela terminou em 2007 e acaba de completar dez anos. Uma imagem do Frei Galvão abençoada pelo Papa Bento 16 chegou a Vassouras em carro aberto e hoje fica próxima ao altar, onde recebe pedidos em cartas e bilhetes e presentes em agradecimento. Mensalmente, todos os dias 25, uma missa é rezada com a presença dos moradores da região.

Os novos projetos são a criação do Museu do Café e o Memorial do Negro Escravizado. A Fazenda São Luiz da Boa Sorte quer resgatar a história com o olhar no século 21. ■

**SERVIÇO:**

**Endereço:** BR 393 (Rodovia Lúcio Meira), Km 210, Vassouras – RJ – CEP 24800-000

**Telefone:** (24) 99929-5541

# JUÍZES OLÍMPICOS

## JOGOS NACIONAIS DA MAGISTRATURA DEVEM REUNIR 800 JUÍZES DE TODO O PAÍS EM OUTUBRO

por **DIEGO CARVALHO**



Foi dada a largada para a maior confraternização esportiva da magistratura brasileira. Você já pode se inscrever na oitava edição dos Jogos Nacionais. São esperados 800 juízes de todo o País na competição, em Fortaleza (CE), de 25 a 29 de outubro.

Os Jogos serão disputados em 13 modalidades: atletismo, basquete, futevôlei, futsal, natação, sinuca, tênis de mesa, tiro esportivo, totó, vôlei, vôlei de praia, xadrez e beach tennis. Promovido pela AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), o evento receberá inscrições até 25 de agosto. Veja o regulamento e o calendário das modalidades em [www.amb.com.br/jogos/2017](http://www.amb.com.br/jogos/2017).

Os Jogos serão disputados no Centro de Formação Olímpica do Nordeste (CFO). Ao lado da Arena Castelão, sede da Copa do Mundo 2014, o complexo é considerado o maior e mais moderno da América do Sul. O evento celebra o espírito de confraternização que une a categoria. Além de incentivar a prática do esporte, o objetivo é aproximar os associados e promover um encontro entre juízes.

### DELEGAÇÃO DO RIO

A AMAERJ vai formar uma grande delegação para disputar os Jogos. Os detalhes da participação fluminense foram tratados em reunião da presidente Renata Gil com os juízes Gabriel Stagi Hossmann, Guilherme Rodrigues de Andrade, Diego Fernandes Santos e Mayane de Castre Eccard. A Associação custeará a hospedagem dos atletas do Rio.

Medalha de bronze na natação dos Jogos de 2015 (50m peito), Gabriel Hossmann será o responsável por formar a lista de inscritos da AMAERJ. Os interessados em participar devem entrar em contato pelo e-mail [gabrielstagi@tjrj.jus.br](mailto:gabrielstagi@tjrj.jus.br).

Na última competição, em 2015, a AMAERJ conquistou 35 medalhas (12 ouros, 10 pratas e 13 bronzes). A Associação foi ao



pódio em Natação (18 vezes), Tiro Esportivo (5), Atletismo (4), Corrida rústica (4), Futevôlei (3) e Futsal (1). O destaque do Rio foi a juíza Leila Santos Lopes, que ganhou sete medalhas de ouro na Natação.

### HOSPEDAGEM E PASSAGENS AÉREAS

A organização dos Jogos conseguiu descontos de até 20% no bilhete aéreo e parcelamento sem juros nas companhias Azul (6x), Avianca (6x), Gol (6x) e Latam (4x). O hotel principal, onde haverá o congresso técnico, é o Marina Park e há mais duas opções sugeridas: Gran Marquise e Seara Praia Hotel.

Para garantir as vantagens, a viagem precisa acontecer entre os dias 23 e 30 de outubro. Para fechar as passagens, os



Jogos serão em Fortaleza, no Centro de Formação Olímpica do Nordeste, considerado o maior e mais moderno da América do Sul

magistrados devem entrar em contato com a agência Flytour pelos telefones (85) 3036-7827 / 7801 / 7802 / 7803 ou pelo e-mail [lazer.for@flytour.com.br](mailto:lazer.for@flytour.com.br). ■



# O QUE NÃO PODE FALTAR EM SUA BIBLIOTECA

CINCO LIVROS RECENTES QUE TRATARAM DE TEMAS RELEVANTES E CONTEMPORÂNEOS LIGADOS AO DIREITO



## PASSAGEM DO TEMPO

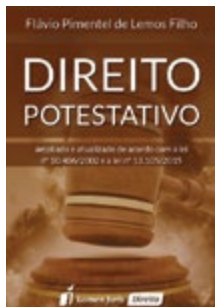
O novo livro do desembargador **Sidney Hartung Buarque** é uma eletrizante trama de ficção policial. A história trata da amnésia do protagonista e dos mistérios que o cercam, como o de não saber como deixou sua casa no Rio de Janeiro, para surgir desorientado, dentro de um trem, em Buenos Aires. **Editora:** Livro Lindo Editor

## JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL II - CIDADANIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS



A obra de **Luiz Fux** apresenta temas de destaque apreciados pelo ministro nos últimos anos no Supremo Tribunal Federal.

As densas premissas teóricas lançadas em seus votos são analisadas por professores e estudiosos do Direito, que contextualizam sua relevância nos planos teórico e prático. É um trabalho acadêmico que sintetiza importantes polêmicas decididas pelo STF recentemente. **Editora:** Fórum



## DIREITO POTESTATIVO

O trabalho do juiz **Flávio Pimentel de Lemos Filho** tem o objetivo de apresentar, definir e mostrar a jurisprudência do Direito Potestativo. O estudo aprofundado sobre o tema tem revelado constatações surpreendentes, despertando interesse de profissionais da área jurídica. **Editora:** Lumen Juris



## REVISTA DO FÓRUM NACIONAL DA MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

A primeira edição da Revista Fonamec, lançada no 5º Fórum Nacional de Mediação e Conciliação, traz 22 artigos sobre a política e os métodos não-adversariais de solução de controvérsias, sistemas de solução de disputas e práticas restaurativas. O presidente do Fonamec é o desembargador Cesar Cury. **Editora:** EMERJ



## A CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS

Ampliada e atualizada pelos autores, juiz **Luiz Roberto Ayoub** e professor **Cássio Cavalli**, a publicação, lançada originalmente em 2013, chega à terceira edição. O livro é uma pesquisa extensa de decisões e acórdãos para basear a jurisprudência e a crítica sobre a legislação sobre recuperação de empresas. **Editora:** Forense